



**GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL
MARCELO ÁLVARO ANTONIO**

Apresentação: 04/06/2025 20:43:56.057 - Mesa

PL n.2715/2025

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2025

Dispõe sobre a garantia da liberdade de expressão humorística e estabelece limites para a responsabilização civil, vedando sanções penais decorrentes de manifestações apresentadas em humorísticas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º

Esta Lei dispõe sobre a proteção da liberdade de expressão humorística como forma legítima de manifestação artística e crítica social, nos termos do art. 5º, incisos IV, IX e IX-A da Constituição Federal, e em conformidade com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pela República Federativa do Brasil.

Art. 2º

É assegurado o pleno exercício da atividade humorística a todo indivíduo que atue, com a finalidade de provocar riso, reflexão ou crítica, inclusive mediante sátiras, paródias, piadas ou outras formas de apresentação com finalidade cômica, em ambientes públicos ou privados, presenciais ou audiovisuais.

§1º

Considera-se atividade humorística, para os fins desta Lei, toda manifestação oral ou cênica realizada com intenção notoriamente cômica ou satírica, ainda que contenha crítica política, social, institucional ou pessoal.

§2º



* C D 2 5 8 5 3 1 6 9 5 6 0 0 *

A sátira, por si só, não constitui crime, ainda que dirigida a pessoas, grupos, instituições ou eventos históricos, salvo quando caracterizada a incitação deliberada e inequívoca à prática de crime.

§3º

É vedada a imposição de pena privativa de liberdade em razão de manifestações realizadas em apresentações humorísticas, ressalvada a responsabilidade civil nos termos desta Lei.

Art. 3º

O humorista poderá ser responsabilizado na esfera cível por danos morais e materiais exclusivamente quando comprovada, por decisão judicial transitada em julgado, a intenção dolosa de caluniar, difamar ou injuriar, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§1º

As sanções pecuniárias eventualmente fixadas não poderão ultrapassar 30% (trinta por cento) dos rendimentos líquidos mensais do autor da manifestação, apurados à época da sentença definitiva.

§2º

A indenização cível deverá observar a proporcionalidade entre o dano efetivamente comprovado e o alcance da apresentação, de forma a evitar censura judicial indireta.

Art. 4º

Esta Lei aplica-se às manifestações humorísticas realizadas por meio de:

- I – apresentações em emissoras de rádio e televisão;
- II – conteúdos audiovisuais em plataformas digitais;
- III – espetáculos cênicos e eventos presenciais com finalidade humorística.

Art. 5º

As disposições desta Lei não afastam a aplicação das normas legais de proteção contra discurso de ódio, racismo, apologia ao crime ou incitação à violência, desde que caracterizada, de forma inequívoca, a intenção deliberada e manifesta de estimular a prática criminosa por parte de terceiros.

Parágrafo único. A sátira, a paródia, a piada ou qualquer manifestação cômica realizada com finalidade humorística não constituirá crime, salvo quando ultrapassado claramente o contexto humorístico e restar

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258531695600>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Álvaro Antônio



demonstrado o dolo específico de incitar, instigar ou conclamar a prática de ato criminoso.

Art. 6º

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, denominado Lei Léo Lins, tem como finalidade proteger e garantir o pleno exercício da liberdade de expressão humorística, reconhecendo a comédia como forma legítima de manifestação artística, crítica social e liberdade individual. A proposta veda a responsabilização penal de humoristas por piadas ou sátiras realizadas em apresentações, assegurando, quando cabível, apenas a responsabilização cível, dentro de limites proporcionais.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, incisos IV, VI, VIII e IX, consagra a liberdade de consciência, de crença, de manifestação de pensamento e de expressão, proibindo qualquer forma de censura ou licença prévia. O art. 220 reforça que “nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística e artística”.

A legislação internacional também garante essa proteção. O art. 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) e o art. 19 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, ambos ratificados pelo Brasil, asseguram o direito de toda pessoa à livre expressão, inclusive artística, sem ingerência do Estado ou de qualquer autoridade.

Contudo, apesar dessas garantias, o Brasil tem assistido à criminalização da comédia e ao avanço da censura por via judicial, mesmo quando não há qualquer incitação direta ou real à prática criminosa.

O caso recente do humorista Léo Lins é emblemático. Ele foi condenado a 8 anos e 6 meses de prisão, além de sofrer a imposição de multa superior a R\$ 1 milhão de reais, em razão de piadas feitas durante um show de stand-up comedy, realizado em local fechado e com ingresso pago. A condenação

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcelo Álvaro Antônio



penal se baseou em interpretações subjetivas do conteúdo cômico, sem qualquer comprovação de dolo específico para incitar crimes.

Essa condenação representa um precedente perigoso para a liberdade artística no Brasil, sinalizando que qualquer piada que cause desconforto pode ser objeto de repressão penal, mesmo sem configurar crime nos termos do Código Penal.

O contraste com outros casos judiciais revela a gravidade da situação. O ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, por exemplo, foi condenado por chefiar um esquema de corrupção bilionário, com desvios que ultrapassam R\$ 300 milhões dos cofres públicos, conforme denunciado pelo Ministério Público Federal. Apesar disso, responde em liberdade. A punição por palavras supera, assim, a punição por saques aos recursos públicos, invertendo os valores de justiça.

A Lei Léo Lins busca reequilibrar esse cenário, reafirmando que piada não é crime. A responsabilização por palavras em ambientes humorísticos deve ser excepcional e estritamente cível, com limites proporcionais, evitando-se abusos e a imposição de multas milionárias que servem como mecanismo de censura indireta.

Trata-se, portanto, de proteger a liberdade de consciência e expressão de artistas e cidadãos, assegurando que nenhum brasileiro seja preso por fazer rir — mesmo que esse riso venha acompanhado de crítica, desconforto ou reflexão.

**GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL
MARCELO ÁLVARO ANTONIO – PL/MG**

